

Relatório de Gestão Consolidado



O GRUPO MUNICIPAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2019, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, consequentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

As contas consolidadas do grupo autárquico cumprem ainda a Orientação nº 1/2010 aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que, de acordo com o seu artigo 5º, são de aplicação obrigatória.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL

Entidade	NIF	Sede	% de Capital	(Unidade: euro)
SMTUC- Serviços Municipalizados Transportes Urbanos de Coimbra	680015965	Guarda Inglesa - Coimbra		
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, n.º 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	R.d.a Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	48 300
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	506787729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%	2 423 979
RUAS - Associação Univer(SC)idade	510119948	Colégio S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		47,01%	2 735 640
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	R. Rodrigues de Gusmão, n.º 21 - Coimbra	14,00%	150 500
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Praça 8 de Maio, Casa Aninhas - Coimbra	13,11%	50 000
Águas do Centro Litoral, S.A.	513616181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	10,87%	4 371 619
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte / Qtº. das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
COIMBRA VITA - Agência de Desenv. Regional, S.A.	505073480	R. Capitão Luis Gonzaga, n.º 74 - Coimbra	7,75%	52 395
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	R. Alexandre Herculano, n.º 21-B - Coimbra	6,93%	282 325
Instituto Pedro Nunes	502790610	Rua Pedro Nunes - Coimbra	3,93%	30 000
Associação Exploratório Infantil D. Henrique	503626406	Rotunda das Lages - Pq. V. Mondego - Coimbra	1,49%	1 800
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, n.º 54 - Aveiro	0,85%	174 270
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
LAR - Ligações Aéreas Regionais, S.A.	501511156		0,21%	12 470
TOTAL.....				52 958 821

Tendo por base o Art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e as recomendações do SATAPOCAL, datadas de maio de 2015, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** - NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);
4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65% de participação no capital da empresa municipal);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).

ORGANOGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO



Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (RFALEI), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, nos termos do disposto nas instruções do SATAPOCAL, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Nos termos do disposto na Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, Artigo 7.º - C - Aprovação de contas consolidadas, no ano de 2020, os documentos de prestação de contas consolidadas respeitantes ao ano de 2019 são elaborados e aprovados, pelo órgão executivo, de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo até ao mês de julho de 2020. É entendimento do Tribunal de Contas que o termo do prazo para apresentação de contas consolidadas é o dia 31/8/2020, nos termos conjugados do nº 1 do art.º 4.º da Lei 1-A/2020, com a segunda parte do nº4 , do art.º 52 da LOPTC e com o nº 5, do art.º 65º do Código das Sociedades Comerciais.

Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação

• **Entidade “mãe” - Câmara Municipal**

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

ATIVIDADE

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto, Educação, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

RESULTADOS

No final do exercício económico de 2019 o ativo líquido do Município de Coimbra situava-se nos 731,3 milhões de euros (2018: 721,8 milhões) o que representa um crescimento de 9,6 milhões de euros face ao ano anterior (+1,33%).

No mesmo período, o passivo da autarquia ascendia a 204,6 milhões de euros (2018: 219,1 milhões de euros), tendo sofrido uma redução de 14,5 milhões de euros (-6,61%) face ao final do período transato.

Os fundos próprios do Município totalizaram 526,7 milhões de euros (2018: 502,6 milhões), refletindo um crescimento de 24 milhões de euros (+4,79%) face ao verificado em 2018. O resultado do exercício atingiu os 1,17 milhões de euros, inferior em 1,7 milhões de euros ao do ano anterior.

Quanto ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, verifica-se que o ativo fixo (imobilizado + dívidas de terceiros de médio e longo prazo) é o que maior peso tem na estrutura do ativo do Município, representando 92,00 % do total.

O imobilizado líquido do Município apresentou um aumento de 12,8 milhões de euros, em resultado, essencialmente, da variação positiva de 12,2 nas imobilizações corpóreas.

No ano de 2019 o imobilizado bruto cresceu 1,69%, face ao ano anterior, correspondentes a 12,80 milhões de euros, em resultado, essencialmente, do efeito conjugado do aumento das rúbricas de imobilizações corpóreas e bens de domínio público em 7,5 milhões de euros e 5,4 milhões de euros, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2019, o passivo da Autarquia apresentava um valor de 204,6 milhões de euros que, essencialmente, é constituído pela rúbrica provisões para riscos e encargos (16,6%), empréstimos bancários de médio e longo prazo (13,3%) e por acréscimos e diferimentos (62,6%).

Relativamente ao ano transato, verifica-se um decréscimo do valor global do passivo na ordem dos 14,5 milhões de euros, em resultado essencialmente do efeito conjugado de:

- decréscimo das provisões para riscos e encargos em 10,8 milhões de euros;
- redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo em 3,8 milhões de euros.

A conta provisões para riscos e encargos, apresenta valor de 34 milhões de euros no final de 2019 e teve um decréscimo de 16,6%, justificado pela diminuição da estimativa

dos custos associados aos processos judiciais que se encontram a decorrer contra o município.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem no final de 2019 a 27,2 milhões de euros (2018: 31 milhões de euros), registando um decréscimo de 3,8 milhões de euros face ao ano anterior. Esta redução resulta essencialmente da diminuição dos empréstimos de médio e longo prazo em 3,6 milhões de euros, em resultado do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

O valor das dívidas a terceiros de curto prazo, que representa 7,4% do passivo da autarquia, ascende a 15,2 milhões de euros, registando um decréscimo de 193 mil euros (-1,26%) face ao período transato.

Ainda no passivo do Município, a rubrica com maior peso relativo é a de “acréscimos e diferimentos” que, no final do ano, atingiu os 128,2 milhões de euros (2018: 127,8 milhões de euros). Desta montante, 12,9 milhões de euros (2018: 13,2 milhões de euros) correspondem a acréscimos de custos, que irão dar origem a valores a pagar em anos seguintes, e os restantes 115,3 milhões (2018: 114,6 milhões de euros) a proveitos diferidos.

Do total de proveitos diferidos, cerca de 29 milhões (2018: 29,6 milhões) dizem respeito a concessão de direitos de superfície e 81,08 milhões de euros (2018: 79,6 milhões), correspondem a subsídios ao investimento atribuídos no âmbito de projetos cofinanciados, cujos proveitos serão reconhecidos numa base sistemática em anos futuros à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do cofinanciamento.

O resultado líquido do exercício económico de 2019 foi positivo em 1,17 milhões de euros, inferior ao registado no ano de 2018 em 1,7 milhões de euros. A variação verificada decorre, essencialmente, do agravamento dos resultados operacionais face ao ano anterior, designadamente:

- Os resultados operacionais passaram de 2,2 milhões de euros negativos em 2018, para 4,6 milhões de euros negativos em 2019, o que representa um agravamento de 2,4 milhões de euros, decorrente do aumento de 4,1 milhões de euros nos custos operacionais, conjugado com um acréscimo de apenas 1,7 milhões de euros nos proveitos operacionais.
- Face ao resultado operacional, apesar da evolução positiva dos resultados financeiros (+4,77%), os resultados correntes, embora positivos, sofreram uma redução de 99,82% em 2019, o que representa um decréscimo de 2,2 milhões de euros.

- Os resultados extraordinários foram positivos em 1,2 milhões de euros, o que representou uma recuperação de 73,42%.

Os proveitos operacionais totalizaram 73,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,7 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução decorre do efeito conjugado do aumento das transferências e subsídios obtidos em 1,7 milhões de euros e do aumento da rubrica Impostos e taxas em 0,7 milhões de euros com a diminuição das vendas e prestação de serviços em 0,87 milhões de euros.

A rubrica Impostos e Taxas representa 69,7% da totalidade dos proveitos e ganhos operacionais do exercício (2018: 70,4%), regista um aumento de 1,4 % relativamente ao ano anterior.

Os custos operacionais totalizaram 78,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,1 milhões de euros (5,5%) face ao ano anterior, em resultado essencialmente do efeito conjugado das variações nas seguintes rubricas:

- Redução de 2,8 milhões de euros da conta de provisões do exercício;
- Aumento de 1,2 milhões de euros da rubrica de fornecimentos e serviços externos;
- Aumento de 2,7 milhões euros da rubrica de custos com o pessoal.

Ao nível Orçamental, no exercício económico de 2019 realçam-se, pela sua importância, as taxas de execução da receita, de cerca de 92% (2018: 88%), tendo a execução da despesa (pagamentos) ascendido a cerca de 66% (2018: 68%).

A diferença entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente, a que se chama poupança corrente, foi de 8.442.777,55 € (2018: 13.315.511,62 €).

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminentemente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiam a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

ATIVIDADE

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, com uma extensão de 606,1 km e 1.309 pontos de paragens, é constituída por 94 linhas regulares (acréscimo de 7 relativamente ao ano anterior), 4 das quais efetuadas em modo elétrico ou híbrido. Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o Serviço de Transporte Especial, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, e o Elevador do Mercado D. Pedro V.

No ano de 2019 foram transportados um total de 13,257 milhões de passageiros. Na procura, para além do impacto das alterações introduzidas na rede de transportes ao longo do ano, sem qualquer aumento tarifário, em grande medida resultado da redução tarifária (em abril) e do alargamento da rede de transportes (em dezembro), no âmbito do PART e do RJSPTP, manteve-se a tendência de ganho de passageiros, com um aumento de 2,4%.

O aumento da procura em 2019 refletiu-se especialmente através da utilização de Passes Sociais, onde se registou um aumento global de 9,8% de passageiros transportados. A continuada redução de utilizadores de Bilhetes Pré-Comprados, este ano em 6,9%, indica claramente uma transferência de passageiros para os Passes Sociais e, consequentemente, uma cada vez maior fidelização dos clientes. Destacam-se os aumentos registados nos passageiros transportados com Passe Rede Geral - Transporte Escolar, em 23,6%, com Passe Estudante, em 21,1% e com Passe Rede Geral, em 9,5% e o aumento de 4,4% no universo dos Passes Sociais Especiais – 3^a Idade | Reformado / Pensionista por Incapacidade e Sénior + | Reformado / Pensionista por Incapacidade +.

No Transporte a Pedido – Serviço de Transporte Especial, serviço de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, foram percorridos 113,1 milhares de quilómetros, traduzindo um aumento de 9,9%, e transportados 7,7 milhares de clientes, correspondendo a um aumento de 14,9%.

Concluiu-se o ano 2019 com 5.486 milhões de quilómetros percorridos (em cheio), mais 3,0% que no ano transato, a utilização de um número médio de 93 viaturas (autocarros, troleicarros, mini-autocarros elétricos e híbridos), o que representa o reforço da oferta

e um aumento de 3,3%, e mais de 335 mil viagens realizadas, com ligeiro aumento da velocidade comercial, que se situou nos 16,8 km/h.

Além do transporte de passageiros, é também da responsabilidade dos SMTUC a gestão do estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e parques de estacionamento fechados propriedade do Município.

Neste âmbito, refere-se a consolidação do Parque de Estacionamento da Praça das Cortes de Coimbra como área de estacionamento fulcral, quer pela localização, quer pela capacidade de resposta a uma necessidade da população que se desloca para a Baixa da Cidade, com grande impacto ao nível da satisfação dos clientes.

Relativamente às restantes zonas de estacionamento de duração limitada, controladas por parcómetros, evidencia-se a execução de um plano de acompanhamento e controlo, em estreita articulação com o Serviço de Polícia Municipal, com reflexos positivos ao nível da receita gerada.

No investimento bruto que ascendeu a 4.819.557,12€, o destaque vai para a aquisição de 8 autocarros elétricos e 2 mini-autocarros elétricos com carregadores e ainda um posto de transformação, no âmbito da 1.ª candidatura ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), em 2017, com a designação POSEUR – 072016-71 “Promoção de eficiência energética nos transportes coletivos de passageiros incumbidos da missão de serviço público.

Foram ainda adquiridos 2 autocarros standard usados e 3 mini-autocarros elétricos usados, estes últimos adquiridos aos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre.

Para manutenção da frota houve reforço da aquisição de equipamento oficial, nomeadamente um elevador de colunas e uma máquina de alinhar direções.

O investimento bruto realizado, contou com uma comparticipação financeira do Estado – Portugal 2020 – POSEUR, no valor de 1.952.072,82€ e com 2.168.185,00€, do Município.

RESULTADOS

A receita gerada na rede geral cresceu 1,1%, fruto do aumento da venda de passes sociais. Os proveitos operacionais cresceram 7,5% e os custos operacionais cresceram 3,3%. O resultado operacional melhorou 85,8%, mas manteve-se negativo e cifrou-se em (100.759,21€). Dado que os proveitos de exploração só cobriram 55,7% dos Custos Operacionais, a melhoria do resultado operacional foi obtida pela via do aumento do subsídio de exploração em 627.850,00€.

Nos proveitos operacionais, as variações mais significativas são:

- A prestação de serviços com o transporte de passageiros que representa 46,7% dos proveitos operacionais, registou um aumento de 2,5%;
- As taxas de parcómetros, aumentaram 17,9%;

- Os proveitos com os parques de estacionamento, cresceram 7,6%;
- No subsídio à exploração, as transferências do Município foram de 7.012.766,00€, o que representou um aumento de 627.850,00€ face ao ano anterior, dos quais 327.850,00€ respeitam a verbas provenientes do PART para apoio à redução tarifária nos SMTUC.

Nos custos operacionais:

- O custo das existências consumidas representa 18,6% do total dos custos operacionais e registou um decréscimo de 7,4%, influenciado pela diminuição do custo com o gasóleo em 6,4 % e dos diversos materiais com um decréscimo de 13,1%;
- Os fornecimentos e serviços externos representam 12,8% do total dos custos operacionais e aumentaram 13,5% no total, em consequência do crescimento dos subcontratos (+7,0%) e dos fornecimentos e serviços (+13,8%), onde os custos com eletricidade aumentaram 36,7%, em resultado do maior recurso a viaturas elétricas;
- Os custos com o pessoal representam 59,3% do total dos custos operacionais e cresceram 3,7%, pelo aumento das remunerações do pessoal (+3,1%), dos encargos sobre remunerações (+4,8%), dos seguros de acidentes de trabalho (+3,0%) e dos outros custos com o pessoal (+23,5%);
- As amortizações do exercício cresceram 8,5% e representam 7,9% do total dos custos operacionais;
- As provisões do exercício cresceram 37,1%, resultando num aumento de 66.110,91€.

O resultado extraordinário variou positivamente em 1.803.699,79€, (+189,8%) em relação ao ano anterior, fundamentalmente porque se verificou a anulação de provisões para processos judiciais em curso, no montante de 1.530.438,57€, uma vez que foi dada razão aos SMTUC em sentenças judiciais sobre processos de fiscalização por parte da Autoridade, relativamente a IVA não liquidado pelos SMTUC sobre a receita obtida nas zonas de estacionamento de duração limitada.

Por este facto, o resultado líquido do exercício registou uma melhoria muito significativa, atingindo o valor de 2.643.352,42€.

As taxas de cobertura em % dos custos operacionais nos SMTUC mostram na generalidade uma evolução favorável.

No final do exercício económico de 2019 o ativo total líquido dos SMTUC cifrava-se em 11.560.647,93€, o que representa um acréscimo de 63,4% face ao ano anterior.

O ativo fixo aumentou 81,3%, em consequência do acréscimo registado no investimento realizado em 2019.

O ativo circulante, com acréscimos e diferimentos, registou um aumento de 22,2%, destacando-se o aumento das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos, face à redução das dívidas de terceiros e das existências.

Os capitais próprios são positivos, com um aumento de 266,9% quando se considera transferido de acréscimos e diferimentos, no passivo, para capitais próprios o saldo da conta 2745 – Subsídios para Investimento, no montante de 6.321.028,60€.

O passivo total reduziu-se em 28,0%, devido principalmente à redução das provisões para riscos e encargos, apesar do ligeiro aumento das dívidas a terceiros a curto prazo.

Considerando o tratamento dado ao Balanço para efeitos de análise financeira, todos os indicadores financeiros apresentados evoluíram favoravelmente:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 31,0%; para 69,6%;
- O indicador de Solvabilidade cresceu significativamente de 144,9% para 329,0%;
- O indicador de Liquidez Geral passou de 56,4% para 103,9%;
- O Grau de Cobertura do Imobilizado melhorou de 51,9% para 101,8%.

O Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) situou-se nos 44 dias em termos médios anuais, com uma ligeira subida.

- **AC, Águas de Coimbra, E.M.**

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: ser uma referência nacional na prestação de serviços de excelência aos clientes e na adoção de práticas inovadoras no setor das águas.

Linhos estratégicas de atuação

- Disponibilizar água de qualidade, com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo;
- Desenvolver práticas inovadoras, criando e desenvolvendo melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização;
- Garantir a sustentabilidade da empresa, aumentando o volume de negócios pela diversificação de serviços e pelo aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

ATIVIDADE

A AC, Águas de Coimbra, EM tem uma taxa de cobertura à população do concelho de Coimbra quase total, com um serviço de abastecimento de água que chega a 100% dos utilizadores e um serviço de drenagem de águas residuais que atinge os 98% de cobertura.

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água, ascendia, no final de 2019, a 84.471 (2018: 84.000). O número de utilizadores da rede de drenagem de águas residuais cifrava-se em 81.740, ou seja, 96,77% dos clientes de água.

Em relação ao volume de água faturada em 2019 (10.032.355 m³), constata-se um acréscimo de 2,14% em relação ao ano anterior (+210.083 m³).

O volume de águas residuais faturado, em 2019, ascendeu a 9.557.338 m³ (+3% que no ano anterior).

A aposta na inovação tecnológica é uma preocupação fundamental para que a empresa se mantenha no patamar de excelência, tendo em 2019 alcançado, pela nona vez, a melhor classificação no estudo ECSI Portugal - Índice Nacional de Satisfação do Cliente, no Setor da Água.

Outros factos relevantes:

- Consolidação dos processos de inovação, com expansão da implementação dos contadores inteligentes;
- Desenvolvimento do processo de setorização do sistema de abastecimento de água, com 113 zonas de medição e controlo (ZMC) já definidas e referenciadas;
- Redução acentuada na percentagem de água não faturada e no valor das perdas reais.

RESULTADOS

O valor do volume de negócios (vendas + prestações de serviço) ascendeu a 25.023.418,50€, o que corresponde a 95% do total dos rendimentos, registando um crescimento de 2,4%, relativamente a igual período do ano anterior, pelo aumento de

consumidores de água e pelo aumento de utilizadores do serviço de saneamento de águas residuais.

Os rendimentos gerados, em 2019, ascenderam a 26.340.242,01€, ou seja +2,7%.

Os gastos ocorridos em 2019 totalizaram 25.300.369,51€, tendo crescido apenas 13.370,34€.

A nível económico e de produtividade, ao nível dos principais indicadores, em 2019, houve melhorias relativamente ao ano anterior.

O resultado bruto é positivo na atividade de abastecimento de água (2.871.643,55€), sendo negativo nas águas residuais (- 748.765,05€) e nas águas pluviais (-756.487,04€).

No ano de 2019 foi obtido um resultado, antes de impostos, de 1.039.872,50€ e um resultado líquido de 825.865,65€. Os resultados alcançados resultaram de circunstâncias favoráveis ao nível dos rendimentos gerados e a um aumento pouco significativo dos gastos totais.

- **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.**

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da Prodeso, de entidade promotora a entidade proprietária da Escola ITAP, sendo de 69% a participação do Município no capital social realizado. Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda. cujo capital social atual é de 48.300,00 €.

O Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra – ITAP tem como missão “... prestar um serviço de educação e formação de excelência, focalizado na formação e qualificação de jovens, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências que lhes permita uma integração sociocultural e profissional com sucesso...”.

A Sociedade visa a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. No âmbito do objeto definido, compete à Sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação e formação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. Também na prossecução do seu

objeto, a sociedade pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

ATIVIDADE

O modelo de financiamento da Prodeso – Ensino Profissional EM, LDA, para os Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens, é concretizado através do Fundo Social Europeu, com a aprovação de projetos candidatos ao Programa Operacional Capital Humano (POCH), e pelo Orçamento Geral do Estado Português, na proporção de 85% e 15% respetivamente.

Em alternativa ao exclusivo financiamento público, a Prodeso tem desenvolvido alguns serviços no âmbito da formação para ativos/empresas.

Durante o ano de 2019, a sociedade ministrou onze ações de formação em técnicas de atendimento, destinadas a 117 assistentes operacionais em funções de agente único de transportes coletivo, bem como para assistentes operacionais em funções de bilheteiro nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) e uma ação de formação para obtenção de Certificados de Aptidão de Motoristas (CAM), para 12 motoristas de transporte de passageiros dos SMTUC.

No ano letivo 2019/2020 o ITAP ministrou formação a 160 alunos sendo que, por níveis de formação, a distribuição de alunos foi a seguinte:

- Cursos Profissionais – 92 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 68 alunos.

RESULTADOS

O resultado líquido obtido no período foi de +585,71€ (-99,13%) tendo o resultado antes de impostos ascendido a +722,12€. Os capitais próprios, deduzidos dos outros instrumentos de capital próprio (200.000,00€ realizados pelo Município de Coimbra a título de prestações suplementares), cifram-se em 71.878,22€. O ativo a 31/12/2019 era de 1.132.607,06€, ascendendo o passivo a 860.728,84€.

A especificidade dos rendimentos obtidos pela Prodeso são resultado de candidaturas financiadas pelo POCHE – Programa Operacional Capital Humano e pelo Orçamento de Estado o que justifica que, em 2019, as vendas e serviço prestados tenham sido de 6.353,00€, e os subsídios à exploração de 748.157,71€ (-17,59%), foram ainda obtidos outros rendimentos no valor de 3.850,425€.

Na estrutura de gastos a variação foi de -8,53%, com particular incidência nos gastos com o pessoal (-16.601,8€).

- IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM, SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar pólos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A **Missão** do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

ATIVIDADE

Dos 15 lotes destinados a serem alienados, 12 encontram-se vendidos, representando 92% da área vendável. Dos 12 lotes vendidos 6 já tem edifícios e empresas em funcionamento.

Em 2019, o Business Center “Leonardo da Vinci” manteve a plenitude de ocupação, com grande procura dos espaços de escritórios sendo que, atualmente, todo o espaço disponível está arrendado. Estão instaladas 14 empresas, a funcionar fisicamente e ainda 4 em regime de escritório virtual, que se traduz na ocupação dos 100%.

No ano de 2019 a sociedade vendeu à empresa Olympus o lote 16 e o lote 18, pelo valor total de 556.930,00€.

Em termos de emprego o iParque é ocupado diariamente por cerca de 262 pessoas, a desenvolverem atividade laboral. Com a conclusão da 1^a fase, através dos lotes vendidos e com a concretização dos investimentos da Olympus, TIS e Sanfil, estima-se que os postos de trabalho sejam na ordem dos 1.000.

RESULTADOS

No exercício de 2019, o resultado líquido foi positivo e ascendeu a 1.376.076,00€. Para o valor apurado contribuíram a renegociação da dívida de médio e longo prazo com o credor, a contenção de custos e a venda dos 2 lotes à Olympus.

O capital próprio, em 31/12/2019, cifrava-se em 2.574.103,51€, com um ativo de 8.450.798,26€ e um passivo de 5.876.694,75€.

Nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, artigo 40.º Equilíbrio de contas, nº 2, no exercício de 2019, o Município de Coimbra, efetuou para a sociedade iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A. uma transferência de 1.071.086,17€, relativa à cobertura de prejuízos dos anos de 2017 e de 2018.

A certificação legal de contas, refere como Ênfase:

Conforme mencionado na nota 29 do Anexo, a Administração da sociedade renegociou com êxito a dívida total ao Novo banco com a empresa Ares Lusitani STC, SA, facto que gerou um ganho de 2.174.548,35€, que foi deferido, em parte, para o ano de 2020, atendendo às condicionantes contratuais.

Relacionado com o parágrafo anterior, foram concomitantemente reconhecidos os juros de mora contratualizados referentes aos anos anteriores no montante de 340.427,10€ contabilizados em resultados transitados.

Atendendo às potenciais repercussões – positivas ou negativas – no património da sociedade chamamos ainda a atenção para a nota 33 e 34 do Anexo – Processos Judiciais em Curso e Contencioso Tributário – relacionados com IVA e outros processos não fiscais.

- **Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia**

A Associação RUAS (Recrir a Universidade, Alta e Sofia) assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia". Foi constituída a 29 de dezembro do ano de 2011, envolvendo como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Direção Regional da Cultura do Centro.

As atividades desenvolvidas pela Associação, assim como as atividades de carácter administrativo, têm sido asseguradas por técnicos e colaboradores dos membros fundadores, sob coordenação da Direção.

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Universidade de Coimbra).

O modelo de gestão é inovador e reúne as entidades com jurisdição legal a operar no território. Destas entidades, três detêm responsabilidades executivas na Associação RUAS: a Universidade de Coimbra (UC), a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Direção Regional da Cultura do Centro. A Assembleia Geral também inclui – sem responsabilidade executiva – outras instituições, assim como proprietários e outros agentes sociais cuja atividade está de algum modo ligada ao Bem ou à sua zona de proteção.

A Associação tem as seguintes finalidades:

- Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO;

- Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO;
- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto;
- Disponibilizar aos associados e demais interessados, informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos;
- Representar o Bem classificado junto das instituições nacionais e internacionais.

ATIVIDADE

Durante o ano de 2019, a Associação Ruas prosseguiu a linha de ação dos anos anteriores, direcionando as suas ações/atividades para a divulgação, promoção e valorização do Bem *Universidade de Coimbra-Alta e Sofia*, sobretudo por intermédio da promoção e apoio de eventos e projetos na área da valorização do Património, destacando-se a participação na edição da Feira Cultural de Coimbra 2019 e a produção da 6ª Edição do Sons da Cidade.

Destaque também para a proposta de alargamento da área Património Mundial do Bem *Universidade de Coimbra, Alta e Sofia*, por forma a incluir o Museu Nacional de Machado de Castro.

Foram desenvolvidas atividades nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro ou de serviços para a conservação do Bem;
- Desenvolvimento de um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem;
- Criação de produtos turísticos que cheguem de modo mais efetivo a novos públicos;
- Criação de mecanismos de arquivo e disponibilização de informação e apoio na realização de atividades científicas, culturais e sociais;
- Criação de ferramentas de apoio à gestão administrativa e à sustentabilidade financeira da Associação.

RESULTADOS

No ano de 2019, os rendimentos totais obtidos foram de 55.000,00€ e os gastos totais foram de 32.451,82€, o que conduziu a um resultado líquido positivo de 22.548,18€.

Os rendimentos obtidos resultam de recebimentos a título de quotizações, enquanto nos gastos assume relevo o custo com estudos e trabalhos no âmbito de eventos, publicidade e honorários.

O total do capital próprio ascende em 31/12/2019, a 36.031,41€ sendo que, os resultados transitados, são negativos em 136.516,77€.

O ativo ascende a 38.466,81€, sendo o valor do passivo de 2.435,40€.

BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2019 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2019, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 791.781.991,99€, o que representa um acréscimo de 2,21%, relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O Passivo Consolidado ascendeu 244.654.163,19€, tendo registado um decréscimo de 5,64%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 546.920.520,89€, o que se traduziu num acréscimo de 6,13%. Os Interesses Minoritários apurados foram de 207.307,91€.

Município de Coimbra

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas

(Un: Euro)

Entidade	Balanços individuais			Peso das Contas individuais em relação às contas consolidadas		
	Total do Ativo (1)	Total do Passivo (2)	Total dos Capitais Próprios (3)	Ativo (1/4)*100	Passivo (2/4)*100	Capitais Próprios (3/4)*100
Município de Coimbra	731 343 959,82	204 642 472,08	526 701 487,74	92,37%	83,65%	96,30%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	11 560 647,93	9 835 389,74	1 725 258,19	1,46%	4,02%	0,32%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	86 825 281,55	37 667 946,51	49 157 335,04	10,97%	15,40%	8,99%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	1 132 607,06	860 728,84	271 878,22	0,14%	0,35%	0,05%
Total dos Balanços Individuais	830 862 496,36	253 006 537,17	577 855 959,19			
Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários (4)	791 781 991,99	244 654 163,19	546 920 520,89			
Interesses Minoritários			207 307,91			

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

Na composição dos Fundos Próprios do Grupo Consolidado destaque para o valor do Património/Capital, que ascende a 372.852.946,92€, para os Resultados Transitados no valor de 50.556.812,93€ sendo o valor remanescente, num total de 114.816.958,13€ relativo a Reservas, Ajustamentos de Capital e Diferenças de Consolidação. O Resultado Líquido do Exercício foi de 8.693.802,91€.

Os Interesses Minoritários apurados, que resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio no IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia, ascenderam a 207.307,91€.

Demostração de Resultados Consolidados

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas

(Un: Euro)

Entidade	Demonstração de Resultados individuais			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas		
	Total dos Proveitos (1)	Total dos Custos (2)	Total do Resultado Líquido (3)	Proveitos (1/4)*100	Custos (2/4)*100	Resultado Líquido (3/4)*100
Município de Coimbra	84 590 193,30	83 422 535,91	1 167 657,39	68,83%	73,12%	13,43%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	18 819 451,35	16 176 098,93	2 643 352,42	15,31%	14,18%	30,41%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	26 340 242,01	25 514 376,36	825 865,65	21,43%	22,36%	9,50%
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	758 361,13	757 775,42	585,71	0,62%	0,66%	0,01%
Total das Demostrações de Resultados Individuais	130 508 247,79	125 870 786,62	4 637 461,17			
Total da Demonstração de Resultados Consolidados com interesses minoritários(4)	122 895 478,93	114 089 209,27	8 693 802,91			
Interesses Minoritários			112 466,75			

No exercício de 2019, o Grupo Municipal apurou um volume de Proveitos Totais de 122.895.478,93€ e de Custos Totais no valor de 114.089.209,27€, o que representa um acréscimo de 4,05% nos Proveitos e decréscimo de 1,48% nos Custos, relativamente ao período homólogo. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município e das AC, Águas de Coimbra, E.M.

O Resultado Líquido, acrescido dos interesses minoritários, registou uma melhoria significativa, na ordem dos 248%, sendo que os Resultados Líquidos, gerados no ano pelo Grupo, são influenciados de forma muito positiva pelos resultados individuais dos SMTUC e da empresa participada iParque.

Análise da distribuição dos Custos Consolidados por Funções

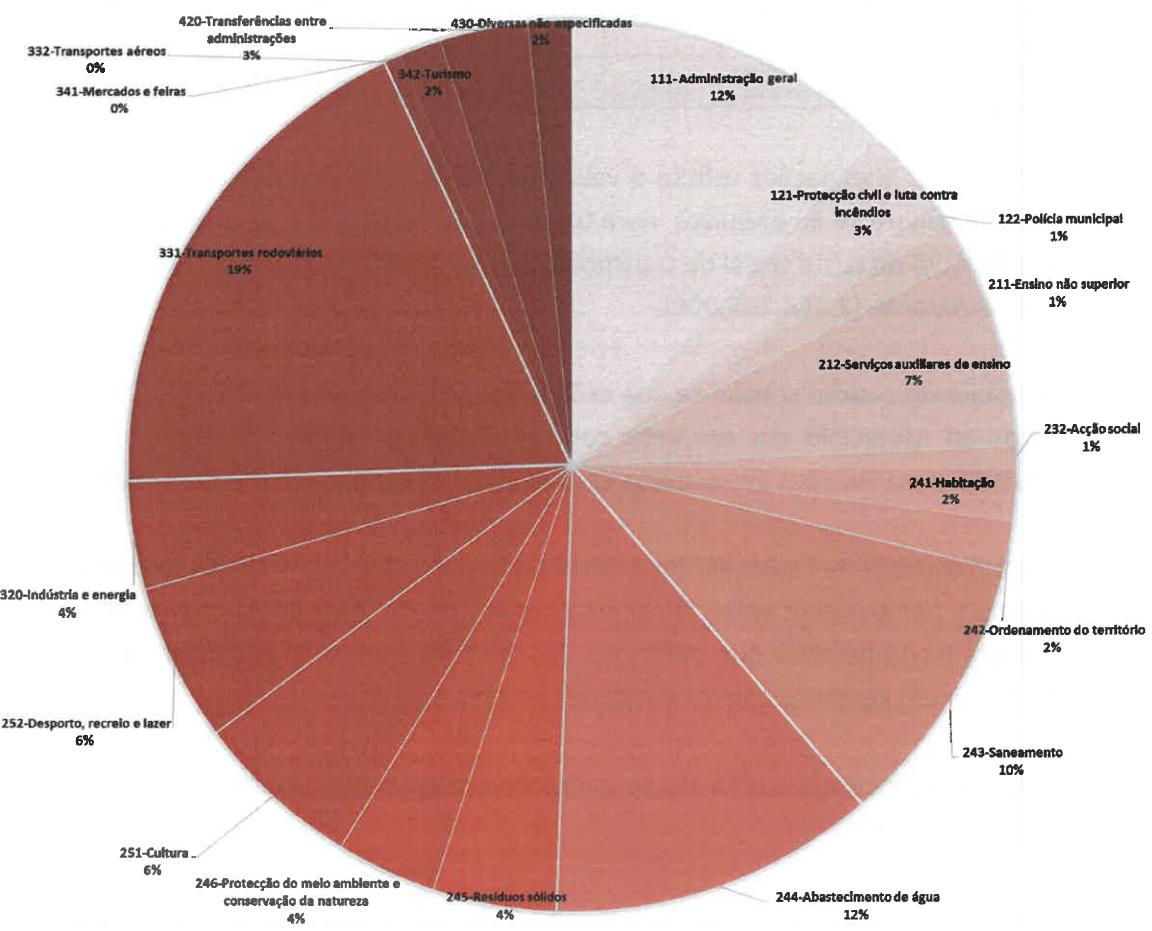
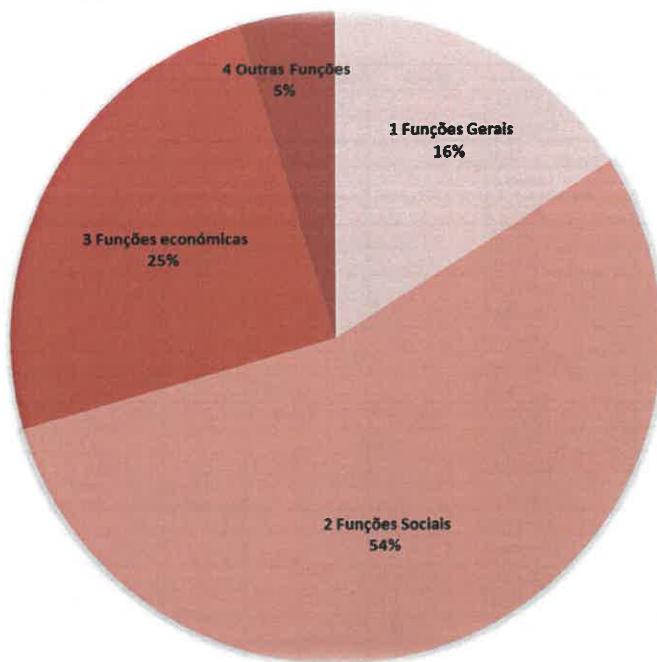
Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	Prodeso	iParque (92,65%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	10 920 100,84					-1071086,17	18 849 014,87	16,0%
11 Administração geral	15 289 984,65					-1071086,17	14 198 898,48	
120-Segurança e ordem públicas	270,65						270,65	
124-Proteção civil e luta contra incêndios	3 681 651,71						3 681 651,71	
22-Polícia municipal	968 193,83						968 193,83	
2 Funções Sociais	38 059 570,67		25 514 376,36	757 775,42			64 331 722,45	54,5%
211-Escola não superior	736 499,88			757 775,42			1494 275,28	
212-Serviços auxiliares de ensino	8 330 067,48						8 330 067,48	
232-Ação social	974 606,54						974 606,54	
241-Habitação	2 193 693,83						2 193 693,83	
242-Ordenamento do território	2 105 703,33						2 105 703,33	
243-Saneamento	13 687,66		11638 306,14				11652 083,82	
244-Abastecimento de água	150 055,24		13 875 980,22				14 026 035,46	
245-Resíduos sólidos	5 283 684,16						5 283 684,16	
246-Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	4 302 342,82						4 302 342,82	
251-Cultura	7 192 392,03						7 192 392,03	
252-Desporto, recreio e lazer	6 756 878,50						6 756 878,50	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	10 979,40						10 979,40	
3 Funções económicas	11 904 542,23	16 176 098,93			1042 550,46		20 123 910,62	24,7%
320-Indústria e energia	3 551 225,98				1042 550,46		4 593 778,44	
331-Transportes rodoviários	5 875 708,34	16 176 098,93					22 051 807,27	
332-Transportes aéreos	137 958,03						137 958,03	
340-Comércio e turismo	250,68						250,68	
341-Mercados e feiras	534 884,55						534 884,55	
342-Turismo	1804 514,05						1804 514,05	
4 Outras Funções	14 828 129,41					-0 180 951,00	5 647 778,41	4,8%
420-Transferências entre administrações	12 069 662,87					-0 180 951,00	3 788 711,87	
430-Diversas não especificadas	1858 466,54						1858 466,54	
Total	84 712 343,15	16 176 098,93	25 514 376,36	757 775,42	1042 550,46	-10 252 037,17	117 951 107,15	100%

A coluna das eliminações reflete o valor transferido pelo Município para o iParque, a título de cobertura de prejuízos, num total de 1.071.086,17€ e para os SMTUC, a título de cobertura do custo social do transporte público (7.012.766,00€) e a título de subsídio ao investimento (2.168.185,00€).

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais representam 54,5% do total dos custos do Município em conjunto com as entidades detidas a 100% e o iParque, seguindo-se as Funções Económicas com 24,7% e as Funções Gerais com 16,0%.

Os gráficos seguintes apresentam a distribuição dos custos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos do Município em conjunto com as entidades detidas a 100% e o iParque.

A análise gráfica ilustra como são aplicados os rendimentos, gerados no grupo municipal acima identificado.



Nas subfunções identificadas no gráfico, destaque para Abastecimento de Água e Saneamento e Transportes Rodoviários, funções desempenhadas pelas Águas de Coimbra e SMTUC. As funções sociais, distribuem-se em diferentes áreas de atuação e são, essencialmente, asseguradas pelo Município, com destaque para Administração Geral (Custos de Estrutura) que representa 12%, seguindo-se o Desporto, a Educação e a Cultura.

Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado

O mapa de fluxos de caixa consolidado e de operações orçamentais (incluindo operações de tesouraria), funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Consolidação das Demonstrações de Fluxos de Caixa em 31.12.2019

	Município de Coimbra	SMTUC	AC, EM	Ipérquio	Prodeso	Rues	Eliminações	TOTAL
<i>Saldo da Gerência Anterior</i>	39 325 274,72 €	1 334 399,49 €	14 368 009,71 €	1 054 557,00 €	144 913,64 €	13 403,23 €	211 016,34 €	56 451 654,13 €
Execução Orçamental Operações de Tesouraria	35 783 675,33 €	1 081 544,35 €	14 368 009,71 €	1 054 557,00 €	144 913,64 €	13 403,23 €	211 016,34 €	52 657 199,60 €
	3 541 599,39 €	252 855,14 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 794 454,53 €
Total das Receitas Orçamentais	83 469 455,48 €	21 005 380,52 €	33 071 360,89 €	1 762 200,00 €	493 164,73 €	55 000,00 €	-16 132 680,28 €	123 723 881,34 €
Receitas Correntes	81 006 223,90 €	16 885 122,70 €	32 899 225,18 €	691 114,00 €	424 664,73 €	55 000,00 €	-12 623 461,39	119 137 889,12 €
Receitas de Capital	2 432 278,89 €	4 120 257,82 €	172 135,71 €	1 071 066,00 €	68 500,00 €		-3 309 218,88	4 555 039,53 €
Receitas Outras	30 952,69 €							30 952,69 €
Operações de Tesouraria	7 026 916,33 €	2 041 590,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	9 068 506,39 €
TOTAL	129 821 646,53 €	24 381 370,07 €	47 439 370,60 €	2 816 757,00 €	638 078,37 €	68 483,23 €	-15 921 663,94 €	189 244 041,86 €
Total das Despesas Orçamentais	87 721 003,77 €	20 359 385,15 €	27 536 704,13 €	2 772 322,75 €	537 549,04 €	30 016,42 €	-16 463 607,72 €	122 493 373,54 €
Despesas Correntes	72 563 446,35 €	15 590 923,39 €	22 895 910,71 €	272 322,75 €	467 950,74 €	30 016,42 €	-14 225 475,00	97 595 095,36 €
Despesas de Capital	15 157 557,42 €	4 768 461,76 €	4 640 793,42 €	2 500 000,00 €	69 598,30 €		-2 238 132,72	24 898 278,18 €
Operações de Tesouraria	6 878 510,87 €	1 999 637,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	8 878 148,72 €
<i>Saldo para a Gerência seguinte</i>	35 222 131,89 €	2 022 347,07 €	19 902 666,47 €	44 434,25 €	100 528,33 €	38 466,81 €	541 943,78 €	57 872 519,60 €
Execução Orçamental Operações de Tesouraria	31 532 127,04 €	1 727 539,72 €	19 902 666,47 €	44 434,25 €	100 529,33 €	38 466,81 €	541 943,78 €	53 887 707,40 €
	3 690 004,85 €	294 807,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 984 812,20 €

Com exceção do Município de Coimbra e dos SMTUC, considerou-se que nas restantes entidades as Operações de Tesouraria estão incluídas nas Operações Orçamentais.

À data de 31/12/2019, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades (OT's) registava o valor de 9.068.506,39€, enquanto os movimentos de saída totalizavam 8.878.148,72€. As Operações de Tesouraria (OT's) representam fluxos financeiros de entrada e saída de fundos à margem do orçamento.

As entradas de fundos provenientes de receitas orçamentais totalizam 123.723.881,34€, enquanto as despesas globais do Grupo Municipal ascenderam a 122.493.373,54€, tendo as despesas globais sido inferiores às receitas globais cobradas em 1.230.507,80€. Este valor, acrescido de um saldo inicial de 52.657.199,60 € totaliza

um saldo a transitar para a gerência seguinte no montante de 53.887.707,40€. A este valor acresce 3.984.812,20€ do saldo de Operações de Tesouraria.

Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a epidemia do vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID19, uma emergência de saúde pública de nível internacional. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o referido vírus como uma pandemia, pedindo aos estados “ação urgente e agressiva” para o seu combate, afirmando que “todos os países devem conseguir um equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar a interrupção económica e social e a proteção dos direitos humanos”. Neste contexto, em face da situação excepcional vivida e da proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 em Portugal, as autoridades portuguesas, Governo e Autarquias, estabeleceram medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica. As medidas tomadas com vista à contenção da transmissão do vírus e da expansão da doença, procuram restringir ao mínimo indispensável os contactos entre pessoas e entre estas e bens ou estruturas físicas, impondo, designadamente, restrições em matéria de circulação na via pública, o exercício de funções profissionais a partir do domicílio e regras aplicáveis ao funcionamento ou suspensão de determinado tipo de instalações, estabelecimentos e atividades, regulando aqueles que, pela sua essencialidade, devam permanecer em funcionamento, entre os quais se incluem os serviços públicos.

Antecipa-se que a atividade económica em 2020 será fortemente afetada de forma negativa, podendo induzir uma recessão ao nível da economia mundial, e, consequentemente, em Portugal. No atual contexto, em função da incerteza existente, quer quanto à duração, quer quanto à dimensão do surto de COVID-19, não é possível quantificar os potenciais impactos sobre a atividade do Grupo Municipal, a qual decorrerá essencialmente de fatores externos, que afetem as receitas referentes a impostos, taxas municipais e Venda de Bens e Prestação de Serviços e aumento de despesa relacionada com o combate aos efeitos da pandemia, e cuja avaliação se revela difícil com a informação atualmente disponível, pois não existem ainda dados que permitam avaliar a profundidade dos impactos, nem mesmo a sua duração.

Município de Coimbra
Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2019

Código das contas POCAL/POC	Fundos próprios/capital próprio e passivo	2019	2018
51 - POCAL/POC	Fundos próprios/capital próprio		
521 - POC	Património/capital	372 852 946,92	369 816 635,39
522 - POC	Ações (quotas) próprias - valor nominal	0,00	0,00
53 - POC	Ações (quotas) próprias - descontos e prémios	0,00	0,00
54 - POC	Prestações suplementares	0,00	0,00
	Prémios de emissão de ações (quotas)	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	4 302 063,20	4 302 063,20
55 - POCAL/POC	Ajustamentos de partes de capital em empresas	4 829,76	4 829,76
56 - POCAL/POC	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571 - POCAL/POC	Reservas legais	17 535 892,50	17 378 366,27
572 - POCAL/POC	Reservas estatutárias	6 002 290,68	5 732 915,64
573 - POCAL/POC	Reservas contratuais	0,00	0,00
574 - POCAL/POC	Outras Reservas livres	0,16	0,16
575 - POCAL/POC	Subsídios	6 316 469,35	6 316 469,35
576 - POCAL/POC	Doenças	41 286 169,32	38 879 020,29
577 - POCAL	Reservas decorrentes de transferência de activos	39 144 176,44	39 144 176,44
578+579 - POCAL / 577+578+579 - POC	Outras reservas	225 066,72	222 201,03
59 - POCAL/POC	Resultados transitados	50 556 812,93	31 143 739,06
	Subtotal	538 226 717,98	512 940 416,59
88 - POCAL/POC	Resultado Líquido do exercício	8 693 802,91	2 373 930,09
89 - POC	Dividendos antecipados	0,00	0,00
	Total dos fundos próprios/capital próprio	546 920 520,89	515 314 346,68
	Interesses Minoritários	207 307,91	65 769,56
292 - POCAL/29 - POC	Passivo		
	Provisões para riscos e encargos	35 171 448,98	47 914 341,18
2312 - POCAL / 231 - POC	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
221 - POCAL / POC	Empréstimos de médio e longo prazo	31 886 021,13	36 195 642,72
264 - POCAL	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
262+263+267+268 - POCAL / 267+268+263+262+261 - POC / 211 - POC	Administração autárquica	0,00	0,00
	Outros credores	1 475 306,01	1 648 610,68
	Subtotal	33 361 327,14	37 844 253,40
232 - POC	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
233 - POC	Empréstimos por obrigações	0,00	0,00
2311 - POCAL/231+12 - POC	Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
239 - POC	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	4 377 305,08	7 810 527,72
269 - POCAL/POC	Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
221 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de vendas	100 748,04	143 038,17
228 - POCAL/POC	Fornecedores, c/c	2 645 924,12	2 793 313,21
222 - POC	Fornecedores - Facturas em receção e conferência	1 447 953,43	2 132 609,55
2612 - POC	Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
253+254 - POC	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00	0,00
251+255 - POC	Empresas participadas	0,00	0,00
219 - POCAL/POC	Outros acionistas (sócios)	0,00	0,00
2611 a 2618 - POCAL/POC	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
24 - POCAL/POC	Fornecedores de imobilizado	4 494 969,02	4 106 997,97
264 - POCAL	Estado e outros entes públicos	1 717 010,67	1 328 209,62
262+263+267+268 - POCAL / 267+268+263+262+261 - POC / 211 - POC	Administração autárquica	17 846,99	18 234,20
217 - POCAL	Outros credores	3 843 242,25	3 909 304,50
	Clientes e utentes com cauções	1 020 479,02	942 892,70
	Subtotal	19 665 478,62	23 185 127,64
273 - POCAL/POC	Acréscimos e diferimentos		
274 - POCAL/POC	Acréscimos de custos	19 310 030,62	13 938 259,55
	Proveitos diferidos	137 145 877,83	136 401 659,82
	Total do passivo	156 455 908,45	150 339 919,37
	Total dos fundos próprios/capital próprio e do passivo	791 781 991,99	774 663 757,83

Órgão executivo

Em,

13.7.2020

José M. Perestrelo
Paulo J. G. Costa
Paulo Ribeiro
Ronaldo G. Costa
Ricardo M. Pinto
Paulo M. Pinto
Paulo Ribeiro
Paulo M. Pinto
Paulo J. G. Costa
Ricardo M. Pinto
José M. Perestrelo
Paulo Ribeiro
Paulo M. Pinto
Ricardo M. Pinto
Paulo J. G. Costa
José M. Perestrelo

Órgão deliberativo

Em,

29/07/2020

Luis Marinho
Paulo Ribeiro
Paulo M. Pinto
Ricardo M. Pinto

Município de Coimbra
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados em 31.12.2019

Recebimentos		
Saldo da Gerência Anterior		56 451 654,13
Execução Orçamental	52 657 199,60	
Operações de Tesouraria	3 794 454,53	
Total das Receitas Orçamentais		123 723 881,34
Receitas Corrente	119 137 889,12	
Receitas Capital	4 555 039,53	
Receitas Outras	30 952,69	
Operações de Tesouraria		9 068 506,39
	Total	189 244 041,86

Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		122 493 373,54
Despesas Correntes	97 595 095,36	
Despesas de Capital	24 898 278,18	
Operações de Tesouraria		8 878 148,72
Saldo Para a Gerência Seguinte		57 872 519,60
Execução Orçamental	53 887 707,40	
Operações de Tesouraria	3 984 812,20	
	Total	189 244 041,86

ORGÃO EXECUTIVO
 Em,

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em,

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de curto e médio/longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1 - Informação relativa às entidades a consolidar

- Número de trabalhadores

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Nº de Trabalhadores em 31/12/2019		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Municipio de Coimbra	699	608	1307
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	399	52	451
AC, Águas de Coimbra, E.M.	211	62	273
IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.	1	1	2
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	4	14	18
Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia	0	0	0
			2 051

2- Informação relativa aos procedimentos de consolidação

A Consolidação de Contas é um processo complexo que se desenvolve extra-contabilisticamente, que consiste em agregar as contas do Município com as suas participadas, de modo a que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

No quadro abaixo apresenta-se a justificação para o enquadramento das empresas locais atrás identificadas, no perímetro de consolidação, indicando também o método de consolidação a utilizar.

Entidade	% do Capital Detido	Enquadramento na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto	Enquadramento no artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto,	Método de consolidação (Portaria 474/2010, de 15 de junho)
Município de Coimbra	Entidade mãe		Conforme disposto no nº2	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	100,00%	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no nº 4	Método da Simples Agregação
AC, Águas de Coimbra, E.M.	100,00%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	100,00%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia	92,65%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
	50,00%	Associação de direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reportam-se a 31 de dezembro de 2019 e são elaboradas com base nas contas individuais, legalmente aprovadas.

Previamente ao processo de consolidação, as entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), asseguraram a conversão das suas contas para POC. Em seguida procede-se à conversão das contas para POCAL e à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados do grupo municipal.

Os procedimentos anteriormente expostos encontram-se refletidos nos Mapas nºs 2, 3 e 4, em anexo.

Com exceção dos SMTUC, o método de consolidação adotado no processo de consolidação de contas do Município de Coimbra foi o método de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Nos SMTUC foi usado o método da simples agregação, que consiste na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados, eliminadas que estejam as operações de transferência e subsídios efetuadas entre a entidade consolidante e a consolidada.

Os saldos e fluxos financeiros entre as empresas do grupo encontram-se discriminados no Mapa nº 1, em anexo, bem como os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Foi apurada uma diferença de consolidação negativa no valor de 4.302.063,20€ na participação do Município na empresa municipal Águas de Coimbra, EM, decorrente do não registo na participação do Município de Coimbra, das Reservas existentes nas Águas de Coimbra, à data do inicio do exercício em que se efetuou a primeira consolidação isto é, 1 de janeiro de 2007, e inscrito nos capitais próprios das demonstrações financeiras consolidadas.

Relativamente às entidades IParque, S.A., Prodeso, Lda. e Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia foram apuradas diferenças de consolidação positivas no valor de 708.531,63€, 35.492,91€ e 62.751,42€ respetivamente, decorrentes da diferença entre o valor de aquisição dos investimentos financeiros e o valor da percentagem de participação nos capitais próprios naquelas entidades à data do início do exercício em que pela primeira vez integraram o perímetro de consolidação isto é, 1 de Janeiro de 2013 para o IParque e para a Prodeso e 1 de Janeiro de 2015 no caso da Associação Ruas.

Relativamente à Prodeso, foi ainda apurada, em 2018, uma diferença de consolidação decorrente da percentagem de participação do Município passar de 69% para 100%, na sequência da amortização da quota da ACIC, com valor de 13.827,71 euros.

O valor das diferenças de consolidação foi inscrito na rubrica de imobilizações incorpóreas, das demonstrações financeiras consolidadas.

Nas contas individuais e consolidadas, as participações financeiras em entidades de natureza empresarial não incluídas no perímetro de consolidação encontram-se valorizadas de acordo com o princípio do custo histórico. Nos termos do ponto 3 da orientação nº1/2010 foram reconhecidos os interesses minoritários.

3 - Informação relativa ao endividamento

No ano de 2019, a situação do Grupo Municipal face ao endividamento de curto e médio/longo prazo é a seguinte:

	Município Coimbra	SMTUC	AC, EM	Rues	Iperque	Prodeso	Eliminações	TOTAL
Dívidas a terceiros - Média e longo prazo								
Empréstimos de médio e longo prazo	27 219 354,39 €		4 666 666,74 €	-				31 886 021,13 €
Fornecedores, c/c	-	-	-	-	-	-	-	- €
Administração autárquica	-	-	-	-	-	-	-	- €
Outros credores			1 475 306,01 €	-	-	-	-	1 475 306,01 €
	27 219 354,39 €	- €	6 141 972,75 €	- €	- €	- €	0,00 €	33 361 327,14 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo								
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empréstimos por títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empréstimos de curto prazo/ Dívidas a instituições de crédito	3 642 138,42 €		666 666,66 €	-	-	68 500,00 €		4 377 305,08 €
Outros empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	- €
Adiantamentos por conta de vendas	100 748,04 €							100 748,04 €
Fornecedores, c/c	468 671,98 €	145 789,89 €	2 061 338,32 €	2 435,40 €	70 143,65 €	6 043,36 €	-108 498,48 €	2 645 924,12 €
Fornecedores - Facturas em receção e conferência	2 366 437,56 €	3 620,66 €	-	-	-	-	-922 104,79 €	1 447 953,43 €
Fornecedores - Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	- €
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	- €
Outros acionistas (sócios)	-	-	-	-	-	-	-	- €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-	-	- €
Fornecedores de imobilizado	3 802 982,50 €	22 140,00 €	850 655,17 €	-	-	-	-180 808,65 €	4 494 969,02 €
Estado e outros entes públicos	1 027 747,84 €	67 938,14 €	792 467,63 €	-	125 614,61 €	12 391,57 €		2 026 159,79 €
Administração autárquica	17 846,99 €	69 947,74 €	-	-	-	-	-69 947,74 €	17 846,99 €
Outros credores	2 793 684,03 €	227 777,40 €	817 406,25 €	-	4 496,55 €	-	-309 271,10 €	3 534 093,13 €
Clientes e utentes com cauções	967 711,93 €	-	52 767,09 €	-	-	-	-	1 020 479,02 €
	15 187 969,29 €	537 213,83 €	5 241 301,12 €	2 435,40 €	200 254,81 €	86 934,93 €	-1 590 630,76 €	19 665 478,62 €
TOTAL	42 407 323,68 €	537 213,83 €	11 303 273,87 €	2 435,40 €	200 254,81 €	86 934,93 €	-1 590 630,76 €	53 026 805,76 €

O quadro acima apresenta a composição da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, onde a dívida efetiva do Município tem um peso de 81,59%, e as Águas de Coimbra um peso de 18,41%. Em termos globais a dívida de médio/longo prazo registou um decréscimo de 11,85%, relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante essencialmente do comportamento da dívida do Município.

As dívidas de curto prazo registaram um decréscimo de 15,18%, face ao ano anterior, com um peso relevante da rubrica de empréstimos de curto prazo, designadamente pela

inexistência da dívida do IParque, liquidada em 2019. Refira-se que, para efeitos de consolidação procedeu-se à eliminação do valor relativo ao empréstimo do BBVA, contraído pelo Município, mas destinado aos SMTUC. No total da dívida o maior peso vai para as rúbricas Fornecedores – Faturas em receção e conferência, Fornecedores de imobilizado e Outros credores, sendo que, também aqui, a maior parcela cabe ao Município.

4 – Informação relativa a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras individuais do Município de Coimbra e dos SMTUC foram elaboradas de acordo com o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Especialização de exercícios

As entidades do Grupo Municipal registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, em resultado do qual, os proveitos e os custos são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

A empresa municipal Águas de Coimbra e as restantes entidades do Sector Empresarial Local, IParque e Prodeso, bem como a associação de direito privado RUAS elaboraram as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com o SNC (Sistema de Normalização Contabilística). Para efeitos de harmonização do sistema contabilístico, solicitou-se a estas entidades, nos termos da alínea c) do ponto 9 das Instruções para o Exercício de 2010 (e seguintes), emanadas pelo SATAOPCAL em 28.04.2011 para a Consolidação de Contas pelos Municípios, que convertessem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios previstos no POC/POCAL.

Refira-se que essa conversão consistiu numa simples reclassificação de SNC em POC/POCAL, sendo que o novo Normativo Contabilístico, vai além da simples reclassificação, atingindo também os próprios conceitos de ativo, passivo e capital próprio e o valor dos resultados. Assim, para possibilitar a consolidação, as referidas conversões consistem em meros exercícios académicos que visam harmonizar, a classificação das diferentes contas em rubricas de ativo, passivo ou capitais próprios.

Apesar de, no Grupo Autárquico, serem utilizados diferentes regimes de amortização e depreciação de imobilizado, para efeitos de consolidação, não foram harmonizadas as políticas de amortização, pelo facto de se considerar não ser tecnicamente viável.

No que se refere às políticas contabilísticas e critérios de valorimetria é de assinalar a divergência do critério de contabilização das infraestruturas do domínio público municipal no valor de € 13.623.335,04€, cedidas onerosamente à empresa Águas de Coimbra, EM através de protocolo:

- Em cumprimento do ponto 4.1.7 do POCAL, que preconiza que os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia responsável pela sua administração ou controlo, o Município de Coimbra manteve nas suas contas individuais aqueles bens;
- Em cumprimento do princípio contabilístico geralmente aceite “da substância sob a forma” que determina que as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal, a Águas de Coimbra, EM contabilizou aqueles mesmos bens no seu imobilizado.

Para efeitos de consolidação de contas, foi eliminado o valor dos bens e respetivas amortizações acumuladas e do exercício incluídos nas contas individuais da Águas de Coimbra, EM por contrapartida dos proveitos recebidos e a receber pelo Município a título de rendas e que se encontram contabilizados, nas contas individuais da CMC, numa conta de proveitos diferidos a transferir para proveitos numa base sistemática, de acordo com as rendas recebidas. O efeito desta divergência nas contas individuais não tem assim reflexo nas contas consolidadas.

**Mapa 1 - Saldos e Fluxos Financeiros do Grupo Municipal e
apuramento das eliminações recíprocas**

SMTUC / CMC

Un: Euros

CONTABILIDADE DA CMC				CONTABILIDADE DOS SMTUC				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS					Observações		
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito		Crédito					
632	Subsídios à exploração concedidos	7 012 766,00		7432	TRF e Subs Obtidos - CMC		7 012 766,00	DR_P	74	7 012 766,00	DR_C	63	7 012 766,00	SC1 Subsídios à exploração concedidos pela CMC aos SMTUC integralmente pago no exercício; Os SMTUC não registaram o recebimento da tranche de 327.850,00 €, tendo reconhecido o proveito por contrapartida de acréscimos de proveitos	
				2719	Acréscimos de proveitos	327 850,00		A	12	327 850,00	A	271	327 850,00		
59	Resultados transitados	2 826 120,22		2745	Subsídios ao investimento		2 294 190,41	P	274	2 294 190,41	CP	59	2 826 120,22	SC2 - Em anos anteriores, a CMC atribuiu e pagou subsídios ao investimento p/ aquisição de equipamento básico. Os SMTUC contabilizaram aqueles montantes na conta 2745, efectuando imputação a proveitos na proporção das amortizações dos bens financiados.	
				7983	Proveitos e ganhos extraordinários		531 929,81	DR_P	79	531 929,81					
691	Custos extraordinários - subsídios investimento	2 168 185,00		2745	Subsídios ao investimento		2 077 178,47	P	274	2 077 178,47	DR_C	69	2 168 185,00	SC2 SC4 - Subsídio ao investimento atribuído e pago pela CMC em 2019. OS SMTUC contabilizam o valor recebido no momento do recebimento, na conta 2745, efectuando imputação a proveitos na proporção das amortizações dos bens financiados.	
				7983	Proveitos e ganhos extraordinários		91 006,53	DR_P	79	91 006,53					
62	Fornecimentos e serviços externos	1 333 491,16		712x	Prestação de serviços		1 333 292,65	DR_P	712	1 333 292,65	DR_C	62	1 333 491,16	SC5 - Fornecimento de Serviços de Transporte e emissão de cartões de passe;	
62	FSE (Iva suportado)	79 757,59		2433	IVA liquidado		79 997,58	DR_P	76	198,51					
2432	IVA dedutível	239,99		768	Proveitos suplementares		198,51								
221	SMTUC c/ corrente	267,23		213	CMC	280 572,23		P	221	267,23	A	213	420 018,74	SC6 - Valor em dívida relativo ao fornecimento de serviços de transportes e emissão de passes;	
228	SMTUC conferencia	280 305,00		213	CMC (FT7538, de 29.11.2013 anulada pela CMC)	810,00		P	228	280 305,00	CP	59	810,00		
				213	CMC (valor contabilizado como pago pela CMC)	138 636,51		A	12	138 636,51					
768	Proveitos Operacionais		1 928,67	6881	Serviços Bancários	1 928,67		DR_P	76	1 928,67	DR_C	68	1 928,67	SC7 - Comissões garantias bancárias debitadas pela CMC aos SMTUC em 2019;	
								CP	59	0,00					
28201	SMTUC- CP	69 947,74		264CP	Administração Autárquica		69 947,74	P	264P	69 947,74	A	28	69 947,74	SC8 - Valor em dívida referente ao empréstimo médio/longo prazo contraído pela CMC no BBVA para os SMTUC;	
781	Proveitos Financeiros		1 488,01	681	Custos Financeiros	1 488,01		DR_P	78	1 488,01	DR_C	68	1 488,01	SC9 - Juros do empréstimo contraído pela CMC no BBVA para os SMTUC	
768	Proveitos operacionais		67 214,88	64	Custos com pessoal			DR_P	76	67 214,88	DR_C	643	67 214,88	SC10 - Comparticipação pelos SMTUC dos encargos SNS suportados pela CMC. As duas primeiras tranches foram registadas em custos pela CMC pelo pgt ao SNS e em proveitos pelo recebimento dos SMTUC; nos SMTUC foram registadas em custos pelo pgt á CMC; as duas últimas tranches foram registadas em OT na CMC, sem reconhecimento de custo nem proveito pelo que não há ajustamento da conciliação.	
268940	Credores operações de tesouraria		67 214,88			134 429,76									
268940	Credores operações de tesouraria	67 214,88													
72	Tarifa RSU		2 143,08	65	Custos Operacionais	2 143,08		DR_P	72	2 143,08	DR_C	65	2 143,08	SA - Tarifa de RSU suportada pelos SMTUC paga através da AC	

**Mapa 1 - Saldos e Fluxos Financeiros do Grupo Municipal e
apuramento das eliminações recíprocas**

CMC / RUAS

CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO				CONTABILIDADE DA RUAS				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS						Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito			Crédito			
411	Partes de capital	75 000,00		51	Capital (50%)		75 000,00	CP	51	75 000,00	A	411	75 000,00	RC 1 - Diferenças de Consolidação apuradas no inicio do primeiro ao de consolidação, 01.01.2015
				59	Resultados transitados 50% (01.01.2015)	62 751,42		A	43DC	62 751,42	CP	59	62 751,42	
				51	Capital Social		75 000,00	CP	51	75 000,00	CP	59	68 258,39	RC 2 - Interesses minoritários
				574	Reservas		0,00	CP	574	0,00	CP	IM	18 015,70	
				59	Resultados Transitados	68 258,39		DR_IM	88	11 274,09				
				88	Resultado Líquido		11 274,09							
65	Outros custos e perdas operacionais	25 000,00		76	Outros proveitos e ganhos operacionais		25 000,00	DR_P	76	25 000,00	DR_C	65	25 000,00	RC 3 - Quota anual 2019

SMTUC / AC

CONTABILIDADE DOS SMTUC				CONTABILIDADE DA AC, EM				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS						Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito			Crédito			
62	FSE	11 431,68		71	Vendas - água		4 590,30	DR_P	71	4 590,30	DR_C	62	11 431,68	SA1 - Venda de água e tarifas conexas
62	FSE - valor tarifa RSU	2 143,08		712	Prestação de serviços		6 709,65	DR_P	712	6 709,65	DR_C	65	100,13	
65	Custos operacionais	100,13		268	Outros devedores (tarifa RSU)		2 143,08	P	26PCP	121,98				
				268	Outros devedores (TGR)		121,98	P	274	0,00				
				274	Subsídios e comparticipações			A	24A	109,88				
				249	Taxa Recursos Hídricos		109,88							
221	Fornecedores	- €		211	Clientes	2 326,20		P	273	2 326,20	A	211	4 770,62	SA 2 - Dívida dos SMTUC à empresa AC, EM relativa ao fornecimento de água e tarifas conexas.
73	Acréscimos de custos	2 326,20 €		211	Clientes (IVA das faturas registadas na #27)	115,66		A	12	2 444,42				
				211	clientes (valor considerado pago pelos SMTUC)	2 444,42								
712	Prestação de serviços	22 297,02	62	FSE	22 297,02			DR_P	712	22 297,02	DR_C	62	22 297,02	A7 S6 - Prestação de serviços de transporte e parques de estacionamento
73	Proveitos suplementares	359,90	68	Custos financeiros	359,90			DR_P	73	359,90	DR_C	68	359,90	
	IVA liquidado	4 817,98	62	IVA não dedutível	4 817,98									
213	Utentes	2 250,00		221	Fornecedores		2 250,00	P	221	2 250,00	A	213	4 515,00	SA3 - Dívida da AC aos SMTUC relativa aos serviços de transporte e parque de estacionamento; pagamento de 2.265,00 € da AC em 30.12.2019 não registado pelos SMTUC
213	Utentes - valor considerado pago pela AC	2 265,00						A	12	2 265,00				

Prodeso / SMTUC

CONTABILIDADE DA PRODESO				CONTABILIDADE DOS SMTUC				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS						Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito			Crédito			
712	Prestação de serviços		6 348,00	648	Encargos sociais	6 348,00		DR_P	712	6 348,00	DR_C	643	6 348,00	PS2 - Prestação de serviços de formação

**Mapa 1 - Saldos e Fluxos Financeiros do Grupo Municipal e
apuramento das eliminações recíprocas**

IPARQUE / AC

CONTABILIDADE DA IPARQUE, EM				CONTABILIDADE DA AC, EM				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS						Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito			Crédito			
221	Fornecedores		2 966,45	211	clientes	192,80		P	221	2 966,45	A	211	192,80	IA 1 - Dívida da IPARQUE à AC
				218	Clientes cobrança duvidosa	2 773,65					A	218	2 773,65	
62	FSE	447,07		71	Vendas - água	168,01	DR_P	71	168,01	DR_C	62	447,07		IA 2 - Venda de água e tarifas conexas; a Coimbra i parque contabilizou facturas de anos anteriores no valor de 250,60€
				712	Prestação de serviços	203,16	DR_P	712	203,16					
				268	Outros devedores (tarifa RSU+TGR)	69,66	A	26ACP	69,66					
				249	Taxa Recursos Hídricos	6,22	A	24A	6,22					
				78	Juros de mora	0,02	DR_P	78	0,02					

PRODESO, EM / CMC

CONTABILIDADE DA CMC				CONTABILIDADE DA PRODESO				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS						Observações	
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito			Crédito				
411	Partes de Capital	48 300,00		51	Capital Social		48 300,00	CP	51	48 300,00	A	411	48 300,00	PC1 - Eliminação do Investimento Financeiro. Capitais próprios da Prodeso reportados ao início do 1º ano de Consolidação, 01/01/2013. Apurada diferença de consolidação no valor de 35.492,91	
				574	Reservas		58 774,89	CP	574	58 774,89					
				59	Resultados Transitados	94 267,80		A	43DC	35 492,91					
				51											
				574	Reservas		26 406,18	CP	574	26 406,18	CP	59	40 233,89	PC2 - Apuramento da diferença de consolidação decorrente da % de participação passar de 69% para 100% em 2018, na sequencia da amortização da quota da ACIC.	
				59	Resultados Transitados	40 233,89		A	43DC	13 827,71					
41	Investimentos Financeiros	200 000,00		53	Prestações Suplementares		200 000,00	CP	53	200 000,00	A	411	200 000,00	PC4 - Eliminação das prestações suplementares de capital efectuadas pela CMC entre 2003/2005 como transferencias correntes;	
				21	Clientes	72 000,00		CP	59	72 000,00	A	211	72 000,00		
				59	Resultados Transitados		72 000,00								

**Mapa 1 - Saldos e Fluxos Financeiros do Grupo Municipal e
apuramento das eliminações recíprocas**

IParque / CMC

CONTABILIDADE DA CMC				CONTABILIDADE DA COIMBRA I PARQUE				ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS					Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	Débito		Crédito			
411	Partes de Capital	2 423 978,90		51	Capital Social		2 423 978,90	CP	51	2 423 978,90	A	411	2 423 978,90
				574	Reservas		1 509,36	CP	572	1 509,36			
				59	Resultados Transitados	710 040,99		A	43DC	708 531,63	CP	59	710 040,99
				51	Capital Social		192 401,10	CP	51	192 401,10	CP	59	104 421,35
				572	Reservas		119,80	CP	572	119,80	DR_IM	88	0,00
				59	Resultados Transitados	78 705,88		DR_IM	88	101 192,66	CP	IM	189 292,21
				88	Resultado Líquido		101 192,66						
631	Subsídios à exploração concedidos	663 875,57		59	Resultados Transitados		663 875,57	CP	59	663 875,57	DR_C	63	663 875,57
631	Subsídios a exploração concedidos	407 210,60		59	Resultados Transitados		407 210,60	CP	59	407 210,60	DR_C	63	407 210,60

Mapa 4 - Consolidação da demonstração de resultados

2019

Código das contas POCAL/POC	Custos e Perdas	Município de Coimbra	SMTUC	AC, EM	RUAS	I Parque	Prodeso	Eliminações	Consolidado
61 - POCAL/POC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - Mercadorias	0,00	2 618 549,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 618 549,76
61 - POCAL/POC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas - Matérias	1 334 276,82	361 828,03	6 485 497,27	0,00	0,00	0,00	0,00	8 181 602,12
62 - POCAL/POC	Fornecimentos e serviços externos	24 024 693,12	2 049 306,75	8 356 518,46	29 243,05	168 589,88	389 603,83	- 2 001 899,81	33 016 055,28
	Custos com o pessoal							0,00	0,00
641+642 - POCAL/POC	Remunerações	23 153 040,19	7 442 128,17	5 155 296,43	950,00	49 320,48	358 668,92	0,00	36 159 404,19
643 a 648 - POCAL/POC	Encargos sociais	6 385 082,23	2 068 748,00	1 420 584,20	0,00	11 103,27	0,00	- 73 562,88	9 811 954,82
63 - POCAL	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	14 167 473,83	0,00					- 8 083 852,17	6 083 621,66
66 - POCAL/662+663 - POC	Amortizações do exercício/imobilizado corpóreo e incorpóreo	8 427 590,15	1 260 416,51	3 717 220,80	0,00	329 991,36	6 730,82	- 147 118,82	13 594 830,82
666+667 - POC	Ajustamentos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 - POCAL/POC	Provisões do exercício	482 837,92	244 386,15	38 440,29	0,00	0,00	0,00	- 433 647,54	332 016,82
63 - POC	Impostos			25 247,67	0,00	21 644,55	0,00	0,00	46 892,22
65 - POCAL/POC	Outros custos e perdas operacionais	412 545,11	1 455,71	450,00	2 258,77	0,00	0,00	- 27 243,21	389 466,38
	(A) Custos e perdas operacionais	78 387 539,37	16 046 819,08	25 199 255,12	32 451,82	580 649,54	755 003,57	- 10 767 324,43	110 234 394,07
68 - POCAL/POC	Custos e perdas financeiros	139 485,36	10 078,50	0,00	0,00	386 340,17	1 306,10	- 3 776,58	533 433,55
	(C) Custos e perdas correntes	78 527 024,73	16 056 897,58	25 199 255,12	32 451,82	966 989,71	756 309,67	- 10 771 101,01	110 767 827,62
69 - POCAL/POC	Custos e perdas extraordinários	4 895 511,18	119 201,35	101 114,39	0,00	35 637,71	1 329,34	- 2 168 185,00	2 984 608,97
86 - POC	Imposto sobre o rendimento do exercício	83 422 535,91	16 176 098,93	25 300 369,51	32 451,82	1 002 627,42	757 639,01	- 12 939 286,01	113 752 436,59
	(E) Custos e perdas do exercício			214 006,85	0,00	122 629,42	136,41	0,00	336 772,68
	(G) Custos e perdas+Impostos sobre o rendimento do exercício	83 422 535,91	16 176 098,93	25 514 376,36	32 451,82	1 125 256,84	757 775,42	- 12 939 286,01	114 089 209,27
	Interesses Minoritários							- 112 466,75	- 112 466,75
88 - POCAL/POC	Resultado líquido consolidado do exercício	1 167 657,39	2 643 352,42	825 865,65	22 548,18	1 376 075,50	585,71	2 657 718,06	8 693 802,91
	Proveitos e Ganhos								0,00
	Vendas e prestações de serviços								0,00
7111 - POCAL/711 - POC	Vendas de mercadorias	1 357,65	0,00	9 637 547,33	0,00	0,00	0,00	- 407 387,81	9 231 517,17
7112+7113 - POCAL/ 712+713 - POC	Vendas de produtos	34 777,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 777,04
712 - POCAL/72 - POC	Prestações de serviços	1 324 303,20	7 702 382,14	15 385 871,17	0,00	478 087,47	6 353,00	- 1 964 077,98	22 932 919,00
72 - POCAL	Impostos e taxas	51 481 642,83	856 083,66					- 2 143,08	52 335 583,41
a)	Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	- 627 456,44	0,00	0,00	- 627 456,44
75 - POCAL/POC	Trabalhos para a própria entidade	17 549,08	268 210,90	81 636,79	0,00	0,00	0,00	0,00	367 396,77
73 - POCAL/POC	Proveitos suplementares	0,00	76 068,47	74 009,99	0,00	0,00	0,00	- 359,90	149 718,56
74 - POCAL/POC	Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	20 488 222,51	7 012 766,00	38 600,37	0,00	0,00	748 157,71	- 7 012 766,00	21 274 980,59
76 - POCAL/POC	Outros proveitos e ganhos operacionais	477 093,01	30 548,70	0,00	55 000,00	0,00	0,00	- 94 342,06	468 299,65
77 - POC	Reversões de amortizações e ajustamentos			102 327,82	0,00	350 134,57	0,00	0,00	452 462,39
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	73 824 945,32	15 946 059,87	25 319 993,47	55 000,00	200 765,60	754 510,71	- 9 481 076,83	106 620 198,14
78 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos financeiros	4 706 123,13	0,00	38 359,82	0,00	2 192,34	0,00	- 65 088,03	4 681 587,26
	(D) Proveitos e ganhos correntes	78 531 068,45	15 946 059,87	25 358 353,29	55 000,00	202 957,94	754 510,71	- 9 546 164,86	111 301 785,40
77/79 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos extraordinários	6 059 124,85	2 873 391,48	981 888,72	0,00	2 298 374,40	3 850,42	- 622 936,34	11 593 693,53
	(F) Proveitos totais	84 590 193,30	18 819 451,35	26 340 242,01	55 000,00	2 501 332,34	758 361,13	- 10 169 101,20	122 895 478,93

**Mapa 5 - Apuramento das eliminações aos fluxos de caixa
do grupo municipal**

Entidades	Ajustamento	Fluxos de caixa	Natureza	Eliminações ao mapa de fluxos de caixa				Descrição
				Receitas Correntes	Receitas de Capital	Despesas Correntes	Despesas de Capital	
CMC/SMTUC	SC1	211 016,34	Corrente	- 211 016,34				ajustamentos à execução da receita em 2018
CMC/SMTUC	SC4	7 012 766,00	Corrente	-6 684 916,00				pagamento subsídio exploração
CMC/SMTUC	SC5 SC6	2 168 185,00	Capital					pagamento subsídio investimento
CMC/SMTUC	SC7	1 302 542,57	Corrente		-1 163 906,06			pagamentos faturas serviço transportes
CMC/SMTUC	SC9	1 928,67	Corrente		- 1 928,67			pagamentos comissões garantia bancária
CMC/SMTUC	SC8	1 488,01	Corrente		- 1 488,01			reembolso juros empréstimo BBVA
CMC/SMTUC	SC10	69 947,72	Capital					reembolso empréstimo BBVA
CMC/AC	CA2 CA3	67 214,88	Corrente		- 67 214,88			pagamento encargos saude
CMC/AC		874 552,50	Corrente		- 803 804,65			pagamento faturas água
CMC/Ruas	RC3	3 806 800,76	Corrente		-3 806 800,76			transferencia tarifa RSU e TGR para CMC
CMC/Iparque	IC3 IC4	25 000,00	Corrente		- 25 000,00			pagamento quota 2018
SMTUC/AC	SA1 SA2	1 071 086,17	Corrente/capital					pagamento cobertura prejuizos anos anteriores
AC/SMTUC	SA3	25 742,54	Corrente		- 23 298,12			pagamento faturas água
SMTUC/Prodeso	PS2	30 004,90	Corrente		- 27 739,90			pagamento faturas serviço transporte/estacionamento
		6 348,00	Corrente		- 6 348,00			pagamento serviços de formação
TOTAL		16 463 607,72		-12 823 461,39	-3 309 218,89	-14 225 475,00	-2 238 132,72	